

Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor -
CTPAPD

Ata da 12ª Reunião Ordinária de

Data: 14/08/2013

Local: SR 1 - CASS

Membros Titulares e Suplentes presentes: Daniel Mancebo (CMP/CGPU-SMU) Wanderson Barreto Corrêa (CMP/CGPU-SMU); Mônica Bahia Schlee (CMP/CGPU-SMU); Claudia Muricy (CMP/CGPU-SMU); Samir Menezes Costa (CMP/CGPU/SMU); Marcelo Silva da Fonseca (SMU/CGPIS); Ângela Cegala (CGPE-SMU); Luciane Silva Valente (SMAC); Ricardo Neiva D'Orsi (Geo-Rio); Josenir dos Santos (Defesa Civil); Bruno Engert Rizzo (Defesa Civil); Paula Merlini Machado (IRPH); Arnaldo Lyrio Filho (CET-RIO); Thaís Rennó de Andrade (SEOP); Elke Schulze Bittar (SEOP); Elvira Rossi (RIOURBE); Leonardo de Paiva Ferreira (RIOURBE); Luis Fernando Valverde (IPP); Jean Pierre Janot (CAU).

Assuntos tratados:

A reunião foi iniciada às 10 horas e 15 minutos.

Daniel (CMP) faz a leitura da ata da 11ª reunião ordinária do Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor. Não havendo observações, a ata foi aprovada.

Daniel (CMP) informa que atualmente o Comitê tem desenvolvido duas linhas de trabalho principais:

(1) **Grupos de Discussão**, que tiveram origem nos três grupos temáticos inicialmente apontados nas reuniões do CTPD como temas principais: *mobilidade, controle do uso e ocupação do solo e reestruturação urbana*, e que se desdobraram em seis temáticas principais, referentes a políticas específicas: Mobilidade, Controle do Uso e Ocupação do Solo, Habitação, Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, e Infraestrutura (Saneamento Ambiental, Serviços e Equipamentos Públicos).

(2) **Grupos de Ação**, que foram gerados a partir dos debates do CTPD sobre as ações consideradas prioritárias e que deram origem a articulações intersetoriais com o objetivo

de resolver questões específicas emergenciais e/ou de base para o desenvolvimento de outros trabalhos. São eles: Instrumentos Legais de Gestão do Uso e Ocupação do Solo, Restrução das Áreas de Influência dos BRTs, Sistema de Controle do Uso e Ocupação do Solo, e Sistema de Informações Urbanas.

Daniel (CMP) informa que já ocorreram três reuniões do grupo de ação **Controle do Uso e da Ocupação do Solo**, organizadas pela Coordenação do CTPD, com os seguintes órgãos: SMU (Ouvidoria); SEOP e SMAC (esta última também contou com a presença da SEOP), visando conhecer as rotinas dos setores de cada órgão responsáveis pela fiscalização e controle do uso e ocupação do solo nas secretarias citadas e dar início ao trabalho de regulamentação do Sistema Municipal de Controle do Uso e Ocupação do Solo, previsto pelo Plano Diretor, através da elaboração de uma minuta de decreto específico sobre o tema.

Daniel (CMP) informa ainda que a minuta de decreto de regulamentação do Sistema Municipal de Informações Urbanas (SIURB) encontra-se em fase de revisão.

Jean Pierre (CAU) sugere que se façam demandas concretas ao SIURB, de diagnósticos específicos e informações sobre a cidade em escala adequada para subsidiar os projetos urbanos. Como exemplo, cita a nova dinâmica urbana observada no bairro da Cidade Nova que carece de dados e informações que ofereçam suporte ao reconhecimento desta nova realidade por parte do poder público.

Daniel (CMP) destaca que está previsto na minuta de decreto que as demandas específicas de informações advindas do Sistema de Planejamento, do qual este CTPD é parte, e de determinadas projetos sejam encaminhadas ao SIURB. Wanderson destaca ainda o papel do SIURB enquanto estrutura de suporte aos órgãos de planejamento setorial e aos outros Sistemas previstos pelo Plano Diretor.

Josenir (DEFESA CIVIL) relata que há algumas dificuldades, no que diz respeito à disponibilização, disseminação e acesso às informações vinculadas aos imóveis da cidade. Sugere um sistema único e consistente de consulta às informações sobre os imóveis degradados ou em situação de risco para subsidiar o desenvolvimento dos

trabalhos da Defesa Civil com maior eficiência. Argumentou que a Defesa civil não tem acesso aos cadastros de CPFs e das dívidas fiscais da SMF, por exemplo, e que o acompanhamento das ocorrências geradas pela Defesa Civil seria importante para o patrimônio cultural da cidade, por outro lado.

Ângela Cegalla (SMU) destaca que o sistema de informações da SMF está defasado em termos de dados relacionados ao IPTU.

Daniel (CMP) afirma que será colocado em pauta de discussão a criação de um sistema único de informações que atenda o processo de controle de uso e ocupação do solo.

Arnaldo (CET) questiona se há espaço para criação e inserção de um banco de intervenções viárias na cidade e projetos executados pelos diferentes órgãos no âmbito do SIURB para evitar iniciativas desarticuladas e superposição de atuações.

Daniel (CMP) afirma que é possível e que foi sugerida a criação de um Banco de Projetos com a espacialização dos projetos urbanos – executados ou não – que representem algum tipo de impacto no tecido da cidade.

Elvira (RIO-URBE) informa que para atender as demandas das secretarias de saúde, educação e assistência social, em algumas praças da cidade, que não tenham impeditivos relacionados à preservação do patrimônio cultural, por exemplo, têm sido instalados equipamentos urbanos. Reforça a necessidade de disponibilização de outras áreas para implantação de equipamentos. Sugere que o tema seja discutido no âmbito do CTPD.

Claudia (CMP) argumenta que isto se indica a necessidade de uma política de inserção e gestão dos equipamentos públicos na cidade, vinculada a uma política de estruturação e expansão urbana.

Daniel (CMP) sugere fazer uma reunião específica sobre esse tema.

Luis Valverde (IPP) questiona como os PEUs dialogam com a necessidade de levantar

demandas de regulamentação dos instrumentos de gestão do uso do solo. Deveria estar prevista uma forma de ajuste nos PEUs para orientar a aplicação destes instrumentos. Exemplifica que na ocasião de elaboração dos PEUs as áreas passíveis de aplicação do Direito de Preempção já deveriam ser definidas, de acordo com o interesse público. Destaca a importância de articulação entre os instrumentos e sua aplicação na esfera dos PEUs.

Daniel (CMP) pondera que estamos em uma fase anterior à aplicação dos instrumentos nos PEUs. Os instrumentos encontram-se em fase de regulamentação.

Ainda como informe, Daniel (CMP) solicita que os órgãos tentem articular o quadro síntese elaborado pelo CTPD às metas do PPA e às metas de governo anuais de cada órgão da administração e lembra a todos para enviar a espacialização dos programas, projetos e obras em andamento.

Elvira (RIO-URBE) solicita formalização da solicitação das demarcações em mapas dos projetos e obras da RIO-URBE através de ofício.

Daniel (CMP) informa sobre as três reuniões do grupo de ação Mobilidade que ocorreram em julho e agosto, informando que a última tratou da metodologia aplicada pela CMP na identificação das centralidades apontadas na LUOS.

Daniel (CMP), ao encerrar os informes, distribui aos membros do CTPD um exemplar do folder e da cartilha que apresentam os regulamentos elaborados pela SMU que se encontram na Câmara do Vereadores: Lei de Parcelamento do Solo (LPS), Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), Código de Obras e Edificações (COE) e Código de Licenciamento e Fiscalização de Obras Públicas e Privadas (CLFOPP).

Samir (CMP) inicia a apresentação sobre o estudo de reestruturação urbana na área de influência do Corredor Transolímpica realizado pela CMP. Sua apresentação contempla uma visão abrangente sobre o projeto, incluindo análise do traçado, das entradas e saídas da via expressa e sua conexão com o tecido urbano existente, além de uma análise sucinta acerca dos atingimentos ocasionados pelo projeto atual.

A intenção desta apresentação é levantar questionamentos e fomentar a articulação entre as secretarias com o objetivo de aprimorar o projeto do BRT Transolímpica.

Luis Valverde (IPP) sugere encaminhar o estudo de reestruturação urbana na área de influência do Corredor Transolímpica para o CIGG de Desenvolvimento Urbano.

Após a apresentação, Daniel (CMP) encerra a reunião às 12:15h.

ENCAMINHAMENTOS:

- Complementar as planilhas do quadro-síntese, incluindo o andamento das ações, a associação com as metas setoriais e a espacialização dos projetos.
- Avaliar os regulamentos que se encontram disponibilizados no site da SMU e enviar, caso necessário, sugestões de emendas.